

Publicações brasileiras: paralelo entre editores comerciais

Aurora da Graça Almeida

Universidade Federal do Maranhão
65000 São Luis, MA

Resumo – Estudo sobre a produção e distribuição de livros no Brasil. Aborda-se o desenvolvimento da indústria editorial brasileira e a problemática da produção e distribuição das publicações oficiais, sobretudo no Estado do Maranhão, enfocando ainda posição do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, frente a essa realidade.

1 Introdução

Nas atividades docentes exercidas na área da História do Livro e Política Editorial, o livro produzido comercialmente recebeu sempre destaque especial.

A participação no 6º Seminário Sobre Publicações Oficiais Brasileiras, suscitou um novo direcionamento na formulação do conteúdo programático da disciplina: Política Editorial, principalmente, pela complexidade que o assunto apresenta.

Considera-se de extrema oportunidade, uma revisão dos conteúdos passados na sala de aula, até agora, e contribuir dessa forma para que a formação de futuros bibliotecários, seja acrescida de uma visão mais moderna da profissão.

A vivência no serviço público do Estado do Maranhão, possibilita um posicionamento a favor de um alerta, ao descuido que vem ocorrendo em grande parte das instituições governamentais, quando se trata de informação e documentação.

A abordagem que segue configura os seguintes itens: “boom” editorial, mercado editorial e bibliotecário, publicações oficiais no Maranhão.

Trata-se, de uma reflexão, sobre a situação das publicações originadas nas instituições governamentais e o destino tomado por elas, no decorrer das sucessivas administrações.

2 “Boom” editorial

A produção editorial brasileira, alcançou a partir dos anos oitenta, um ponto de destaque entre as demais atividades industriais brasileiras. Tal destaque, pode ser confirmado, pelas pesquisas realizadas pelo periódico *Leia*, através do trabalho exaustivo de levantar, desde 1979, as vinte maiores editoras brasileiras, utilizando para isso “questionário enviado a mais de 600 empresas editoriais de todo o país” (LEIA, jun. 1986:25).

Tal levantamento, recebeu o título **Quem é quem no mercado editorial**, relatando em 1986, as 100 (cem) maiores editoras brasileiras (LEIA, jun. 1986:26). Em 1987, essa pesquisa merece edição especial de 28 páginas (LEITE, 1987:35).

As estatísticas anunciadas nesse levantamento, podem revelar que, o aparecimento de novas editoras no Brasil, deixou de ser, um acontecimento raro, para se tornar um fato quase rotineiro nos meios empresariais e culturais.

O empresário brasileiro acredita, nas reais possibilidades de se estabelecer, na posição de agente cultural e de homem de negócios, contra os imprevistos que a política econômica possa oferecer. O industrial do livro, almeja mais que ganhar dinheiro, almeja “exercer a função de alta relevância social, como o enriquecimento do patrimônio cultural coletivo” (SILVEIRA, 1987:36).

Análogo ao estabelecimento de editoras, a instalação de livrarias também tem se efetuado com características próprias, isto é, deixaram de ser lugares, onde só compareciam pessoas interessadas em adquirir determinado livro, sempre por necessidade de estudo ou pesquisa, mas nestes tempos de grande popularização do livro como mercadoria, as livrarias se transformaram em lugares de competição comercial.

O espaço das modernas livrarias, projetado de forma a angariar fregueses menos avisados, oferece encantos e apelos capazes de atrair o transeunte,

que ao simples olhar pelas vitrines, prateleiras e balcões, se apercebem que a mercadoria ali exposta num invólucro chamativo, carregará quem sabe, um conteúdo capaz de suprimir, diminuir ou amenizar situações ou conflitos psico-intelectuais aparentes ou subjacentes.

O livro é o ponto de ligação e convergência. Como objeto de lazer ou satisfação intelectual, ocupa um lugar na vida de cada um quando propicia um conhecimento e participação de problemas, situações ou questões de âmbito nacional ou internacional. A modernidade da linguagem poderá de modo mais ameno restaurar, através do livro, a ligação que cada indivíduo estabelece com o planeta.

Considerando esse mercado – o indivíduo; considerando o novo espaço cultural – a livraria, pode-se compreender melhor a aventura da produção editorial no Brasil. Observa-se também, que autores nacionais tem encontrado um espaço mais amplo, na programação editorial brasileira, posto que, os editores parecem reconhecer-lhes o papel que desempenham na formação da cultura nacional, sem esquecer ou subtrair a contribuição do autor estrangeiro nesse intercâmbio que as traduções possibilitam.

3 Mercado editorial e bibliotecário

O desenvolvimento do mercado livreiro no Brasil, refaz as perspectivas, dos profissionais que trabalham na área do livro. Assim, os cursos de Biblioteconomia fizeram reformulações em seus currículos, no sentido de mostrar aos novos profissionais um moderno mercado de trabalho, capaz de absorvê-los, dentro do contexto da nova sociedade brasileira.

No Maranhão, o Curso de Biblioteconomia introduziu, entre outras, a disciplina Política Editorial, desde o primeiro semestre de 1986, com um programa voltado para a verificação das tendências do livro no Brasil, bem como a postura do Governo em relação a uma política definidora de seus caminhos, como também procura mostrar o livro em sua forma física. Nesse sentido, procura-se indicar, aos futuros bibliotecários, o papel da editoração do livro, na questão da formação e desenvolvimento das coleções de bibliotecas e centros de documentação. Para isso, propõe-se internalizar nos alunos os cuidados que devem ser levados em consideração, na hora de efetuar a aquisição de determinados livros – no tocante a questão da qualidade e da durabilidade do produto.

Segue-se uma metodologia que permita motivar o aluno, ao ponto de colocá-lo em confronto com o produto, com a mercadoria, com o objeto – livro – tentando desmistificar sua tradicional condição de “coisa de letrado”.

Essa intenção, reflete também, a obrigatoriedade do Curso em transmitir a seus alunos, que o mercado competitivo pode ser enfrentado com maior segurança e confiabilidade, principalmente, pelo fato de que a realidade atual, o tipo de sociedade contemporânea está inteiramente respaldada na informação, como instrumento importante para o poder de decisão.

No decorrer da ministração da disciplina Política Editorial, durante o ano de 1986 e primeiro semestre de 1987, percebeu-se a ênfase garantida ao estudo da produção comercial do livro não-didático e a produção de documentos gerados na Universidade.

Como se sabe, algumas universidades brasileiras, tem se destacado na produção de livros e de outros documentos nascidos em seus quadros. Dessa forma, as universidades parecem empenhadas em fazer com que o conhecimento produzido e sistematizado em seus domínios, seja colocado à disposição do grande público leitor, não só nas camadas pertencentes à comunidade universitária, como também na sociedade como um todo.

No *Quem é quem no mercado editorial* (LEIA, jun. 1986:26-7) dez editoras universitárias firmaram-se no seu papel de produtoras do conhecimento: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Unicamp, Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Caxias Sul, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica (SP), Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal de Santa Catarina.

4 Publicações oficiais no Maranhão

Se editoras comerciais e editoras universitárias desenvolvem atividades tão representativas para a divulgação do saber, nos diversos ramos do conhecimento humano, é de se estranhar que o segmento mais poderoso da sociedade brasileira – o Estado, não acompanhe com a mesma determinação a linha de atuação dessas editoras.

Sabe-se que as instituições governamentais brasileiras incluem em seus setores específicos, técnicos e cientistas da melhor categoria e importância para o desenvolvimento do país e que estes produzem uma literatura desconhecida, na maioria das vezes, em muitos segmentos da cultura brasileira. Essa literatura, publicada sob as mais diversas formas de material bibliográfico, sofre a “doença” da distribuição.

O texto produzido nas instituições governamentais ou sob seu patrocínio

nio, freqüentemente escapa ao conhecimento dos interessados, em face da dificuldade de acesso ao documento “considerado como se não existisse porque não era encontrado” (ROCHA, 1974,:1): “Esse destino melancólico de quase toda publicação oficial entre nós (difícil de ser vista ou adquirida) nasce e morre quase desconhecida do grande público” (FREYRE apud ROCHA, 1974:1-2).

Sobre essa questão far-se-á uma abordagem sucinta, quanto à origem e situação das publicações oficiais no Estado do Maranhão.

No final da década de sessenta, a produção intelectual de técnicos na área de desenvolvimento econômico, foi fomentada pelas instituições nas quais esses técnicos exerciam suas atividades.

Nessa época, isso aconteceu em função do desmembramento de secretarias de Estado e criação de sociedades de economia mista que, anteriormente, representavam apenas segmentos, apêndices, departamentos e/ou seções dessas secretarias. Tal desmembramento significou a expansão e a modernização da máquina administrativa do Estado do Maranhão, na década de setenta. Esse fato deflagrou a necessidade de informação como instrumento auxiliar do poder decisório.

Com isso, foram abertos os novos caminhos para a valorização do registro do conhecimento técnico que era produzido largamente, nas diversas áreas de atuação do Governo, fosse através do incentivo aos projetos de desenvolvimento e de pesquisa, notadamente na área agrícola, fosse na reunião, organização e armazenamento desse conhecimento com a criação de bibliotecas e centros de documentação.

As instituições governamentais do Maranhão, favoreceram e incentivaram a produção intelectual estritamente ligada ao surto de desenvolvimento que se estabeleceu nessa época – ocasião em que o Maranhão, sofreu uma cisão em sua vida social, política e econômica, cisão que resultou em uma mudança de mentalidade.

O interesse dos técnicos sobre o questionamento da nova realidade, possibilitou uma considerável produção de textos que foram responsáveis pelo conhecimento da realidade sócio-econômica e política que se instalava no Maranhão.

Todo o material produzido pelos técnicos da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), Secretaria de Agricultura (SAGRIMA), Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática (IPEI), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), entre outras, constituiu a base de

sustentação dos governos que se sucederam, rompendo com o marasmo intelectual então vigente, incompatível com o novo momento vivido no Maranhão.

Cada instituição criou sua própria unidade de informação e documentação, com a finalidade de fornecer a dirigentes, técnicos, funcionários e demais pessoas ligadas às respectivas áreas de atuação, o instrumento para tomada de decisões – a informação – em tempo hábil e oportuno.

Todo conhecimento produzido nas instituições governamentais, foi armazenado em bibliotecas e centros de documentação criados em cada uma dessas instituições para suprir a necessidade de informação dos usuários.

Nos anos oitenta, constata-se que grande parte da produção bibliográfica dessa época encontra-se desbaratada ou jogada em recantos insalubres dessas mesmas instituições, sendo por isso quase impossível o acesso às informações contidas nesses documentos, cuja disseminação não foi suficientemente estruturada e planejada para que o acesso a elas alcançasse seu objetivo – o usuário.

O conhecimento da informação registrada em documentos produzidos em instituições governamentais é fundamental para qualquer pessoa ligada à instituição, seja na posição de dirigente, seja na posição de técnico, escritor ou auxiliar em qualquer de seus segmentos. Para que o usuário obtenha o maior rendimento na realização de atividades que desempenhe na instituição à qual está vinculado, precisa de informação, naquilo que diz respeito à sua área de interesse.

A obtenção ou o acesso a essa informação está estreitamente ligada à dependência de uma organização dos documentos onde ela esteja registrada, de forma que sua recuperação possa ser feita com rapidez e eficácia, seja essa recuperação de forma simples, manual – seja de maneira sofisticada, através dos meios colocados à disposição pela moderna tecnologia de tratamento da informação.

A informação representa o instrumento mais importante no poder decisório dos dirigentes da sociedade brasileira, carecendo nos dias atuais, de melhor observação, cuidadoso tratamento e urgente conscientização dessa importância, pelo menos no que se refere ao seu uso ou descaso, do qual está sendo vítima no Estado do Maranhão.

A muitos fatores pode ser atribuído esse hiato entre o conhecimento produzido pelo técnico de uma instituição governamental e o conhecimento dele pelo usuário. Entre os mais determinantes, está o sistema de distribuição

das publicações geradas nessas instituições, o que sem dúvida dificulta o conhecimento de seu conteúdo.

Atualmente as instituições governamentais do Maranhão retiraram o apoio à pesquisa e à elaboração de trabalhos técnicos, culminando com a desativação de unidades de informação e documentação, centros de informação bibliográfica e de forma mais aterradora, a desativação do Sistema de Informação para o Planejamento (SINPLA), criado em 1979.

Fácil será confirmar, visitando ao acaso, algumas das instituições governamentais, em São Luís, a situação de descaso e desinteresse com a documentação proveniente do âmbito oficial. Certo é encontrar nos porões do Arquivo Público do Estado do Maranhão, centenas de exemplares de títulos reeditados pela importância, pela raridade e pela contribuição que podem prestar aos pesquisadores da história do Maranhão.

Os recursos financeiros investidos nesse material, não tiveram retorno monetário. Tampouco a comunidade maranhense e brasileira ficaram sabendo desses projetos de edição.

Os técnicos que contribuíram para a elaboração de relatórios, planos de governo, documentos teóricos sobre agricultura, principalmente a coleta e aproveitamento do babaçu, pecuária, flora e fauna, ementários, etc., em sua maioria, não possuem atualmente, exemplares de sua criação intelectual. Assim, mais uma dificuldade se interpõe à recuperação dessas informações, posto que as gerações de funcionários, profissionais da informação, e, mais claramente, os dirigentes dessas instituições não tiveram e continuam sem cultivar sensibilidade suficiente para preservar tal documentação, embora elas estejam indexadas na *Bibliografia Maranhense de Publicações Oficiais*.

Os pesquisadores da história do Maranhão se ressentem, não há dúvida, do precioso acervo que tão bons frutos resultariam, se bem recuperados e utilizados.

5 Conclusão

A informação contida nas publicações oficiais revela a disposição dos técnicos, em registrar o resultado de estudos e pesquisas realizadas. Tais publicações, ao retratar a realidade fornecem ao pesquisador, subsídios valiosos e originais ao estudo que pretendam empreender.

Entretanto, a organização e a recuperação dessas publicações ainda não

satisfazem de maneira convincente e eficaz à demanda dos pesquisadores, pelo que chama-se a atenção de setores competentes para:

- a necessidade de estabelecimento de uma política de divulgação e distribuição efetiva dos documentos produzidos pelas instituições governamentais;
- a necessidade da observância das normas estabelecidas para a produção de documentos oficiais brasileiros, no sentido de facilitar o seu posterior tratamento, recuperação e acesso pelo usuário;
- a intensificação do intercâmbio de publicações entre órgãos produtores de documentos oficiais, com vistas a uma permanente troca de informações entre agências com interesses similares;
- a existência de um bibliotecário, no setor de editoração das publicações, em cada instituição governamental, com a intenção de garantir a apresentação correta das publicações por elas editadas.

Abstract – Study about the production and distribution of books in Brazil. It broaches the development of the brazilian editorial industry and the problems concerning the production and distribution of official publications mainly in the State of Maranhão. It also focuses on the position of the Library Science Course at UFMA, facing that reality.

6 Bibliografia consultada

1. BEMQUERER, Mozart Baptista. Problemas de editoração, divulgação, distribuição e comercialização das publicações do Ministério da Educação e Cultura. **R. Bibliotecon. Brasília**, 4(1): 13-22, jan./jun. 1976.
2. FREYRE, Gilberto. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1951. p.10. Apud: ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado. **R. Bibliotecon. Brasília**, 2(1): 1-14, jan./jun. 1974.
3. LEITE, José Correa. Quem é quem. **Leia**, São Paulo, 9(105): 35, jul. 1987.
4. QUEM é quem no mercado editorial. **Leia**, São Paulo, 8(92): 25-35, jun. 1986.
5. ROCHA, Juracy Feitosa. Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado. **R. Bibliotecon. Brasília**, 2(1): 1-14, jan./jun. 1974.

6. SILVEIRA, Ênio. As razões do sucesso. **Leia**, São Paulo, 9(103): 36-7, maio 1987.
7. SOUZA, Francisco das Chagas de. Centralização da editoração oficial. **R. bras. Bibliotecon. Doc.** São Paulo, 17(1/2): 66-78, jan./jul. 1984.
8. ————. Política editorial (de publicações oficiais?). **R. Com. social**, Fortaleza (13/14): 65-70, 1984.